



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.  
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

## PSICOLOGIA FRENTE À “QUESTÃO SOCIAL”: REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS PROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

FERNANDO SANTANA DE PAIVA<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre possibilidades de atuação crítica da Psicologia frente às expressões da “questão social”, com ênfase no enfrentamento à pobreza, no âmbito da política de assistência social. A pobreza é compreendida como uma consequência do modo de produção capitalista, mas que pode ser explicada a partir de um prisma individualista, culminando em práticas conservadoras. Discuto que a Psicologia pode contribuir a partir de uma análise psicossocial sobre a pobreza, devendo investir ainda na interdisciplinaridade como possibilidade de fortalecimento de um projeto ético-político de enfrentamento às expressões da “questão social”.

Palavras-chave: Psicologia; ‘Questão Social’; Pobreza; Interdisciplinaridade.

**Abstract:** The aim of this work is to present some possibilities to accomplish a critical work with Psychology against the expressions of the "Social Issue". We wish to emphasize the work in the context of poverty. It's understood as a consequence of the capitalist production, but can also be explained from an individualistic perspective. This can be associated with conservative practices. I discuss that Psychology can contribute with a psychosocial analysis about poverty. Moreover Psychology should also invest in the interdisciplinarity as a possibility to strengthen an ethical-political project to face the expressions of the "Social Issue".

Key-word: Psychology; “Social Issue”; Poverty; Interdisciplinarity.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar a interdisciplinaridade na atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da política de Assistência Social. Trata-se de um estudo teórico, ainda em andamento, que visa apresentar algumas reflexões sobre os tensionamentos impostos pela inserção da Psicologia na política de assistência social, que exige deste campo novos redimensionamentos de sua atuação e produção de conhecimento.

<sup>1</sup> Professor com formação em outras áreas. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <fernandosantana.paiva@yahoo.com.br>

As expressões da “questão social”, mais especificamente a pobreza que é entendida como um dos desafios para a atuação da Psicologia, dado o seu histórico elitista e comprometido com modelo burguês de sociabilidade. Neste sentido, apontaremos um breve percurso sobre a “questão social” e a pobreza no pensamento social. Em seguida discutiremos os elementos psicossociais que atravessam as análises sobre a pobreza, e, por fim, destacaremos a interdisciplinaridade como um caminho profícuo de construção coletiva de enfrentamento da pobreza e demais expressões da “questão social” em nossa realidade.

## **2. “QUESTÃO SOCIAL” E POBREZA: APONTAMENTOS PARA O DEBATE**

A expressão <sup>2</sup>“questão social” foi inicialmente utilizada no início do século XIX, mais precisamente em 1830, para designar o cenário de pauperização de segmentos populacionais que se avolumavam àquela época. O desenvolvimento do capitalismo, como forma de produção e reprodução econômica e social esteve associado ao acúmulo de riqueza por parte da classe detentora dos meios de produção em decorrência da exploração do trabalho da classe trabalhadora. Neste sentido, a crescente pauperização da classe trabalhadora fez emergir a “questão social”, que é parte do próprio movimento do capitalismo que produz de maneira direta a pobreza na razão direta que criou as condições de geração de riqueza e desenvolvimento (NETTO, 2001).

Iamamoto (2001) aponta o conjunto de desigualdades sociais que passam a fazer parte do cenário social em decorrência “questão social” imposta. Pode-se dizer que passamos a conviver com as expressões da questão social: a pobreza, a exploração no trabalho e as opressões relacionadas às relações sociais de sexo e racismo que conforma um complexo

---

<sup>2</sup> Cumpre salientar que a utilização da expressão “questão social” entre aspas significa dizer que partimos do princípio de que a mesma não deve ser tratada como uma categoria, mas sim como um conceito. Isto representa dizer, a partir do método histórico e dialético, de que ela não existe na realidade como possibilidade e forma de ser, como uma determinação da existência, sendo passível de representação no pensamento. Antes de qualquer coisa, trata-se de um conceito que deve ser tratado de maneira reflexiva e intelectual (Santos, 2012).

quadro que contribui para a organização e estruturação da ordem vigente. A pobreza e a miséria da classe trabalhadora devem ser entendidas, portanto, como fruto e processo do modo de produção capitalista uma vez que submete tal segmento a uma desigual correlação de forças no tocante à produção e reprodução da vida social.

Conforme salienta Netto (2001), desde a tradição marxista, o termo se refere a processos sócio-históricos, políticos e econômicos, apontando para diferentes manifestações e expressões de desigualdades sociais produzidas pelos diferentes estágios e pela própria exploração estrutural do capitalismo. Desta maneira, no trabalho em tela, nos mantemos alinhados à tradição marxiana de análise sobre esta questão, sobretudo, em respeito às leituras operadas por pesquisadores do campo do Serviço Social que contribuíram efetivamente para a adoção crítica em torno deste conceito (IAMAMOTO, 2001).

Compreendemos, portanto a “questão social” como um complexo de expressões das desigualdades sociais que são oriundas do modo de produção capitalista. Trata-se de uma condição que está ancorada na contradição inerente ao capital x trabalho, fruto do modo de produção capitalista (MPC). Cumpre registrar que o debate em torno da “questão social” pode ser realizado a partir da adoção de diferentes lentes analíticas, presentes no vasto campo da teoria social. Inegável é a preocupação que este debate suscita no âmbito social e acadêmico, culminando em perspectivas conservadoras e/ou liberais. Daí decorre, dentre outras possibilidades, leituras comumente acatadas na atualidade sobre a existência de um cenário de “exclusão social” que atinge grupos sociais, fruto de metamorfoses oriundas no mundo do trabalho, acarretando em um rompimento na solidariedade e coesão social (PASTORINI, 2007)

Perde-se de vista as dimensões econômicas e históricas que fundamentam a “questão social”, recaindo em análises de carácter político e procedimental, bem como alimentando concepções morais e de cunho comportamental como chaves explicativas para os quadros de desigualdades

sociais em que nos encontramos. Consequentemente corremos o risco de uma acentuada naturalização acerca dos processos sociais, retirando seu carácter histórico e dialético, que devem ser considerados para uma compreensão mais abrangente sobre as contradições presentes na realidade social (SANTOS, 2012).

Tal tendência está relacionada à separação positivista que se concretizou a partir do pensamento conservador entre o econômico e o social, levando a crer que existem “questões sociais” que não estabelecem nenhuma relação com os fundamentos econômicos sob os quais nos inserimos (MONTANO, 2012). Nesta direção, a “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as desigualdades que são sua máxima expressão ganham no ideário conservador uma autonomia de determinação, culminando na responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. “A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem” (MONTANO, 2012, p. 272).

Wanderlei (2013) acrescenta um importante aspecto aos efeitos da “questão social” e sua relação direta com as desigualdades sociais. Ele assevera que a “questão social” terá efeitos diferentes na América latina e também no Brasil. Além disso, ele afirma que a exploração propulsora da desigualdade econômica se fará atrelada às desigualdades no âmbito social, cultural e político, gerando assim um verdadeiro abismo entre diferentes sujeitos e grupos sociais, guardadas as inúmeras diferenças relacionadas à raça e etnia, relações sociais de gênero, culturas específicas etc. que agravarão sobremaneira a condição de subalternidade de diversos segmentos da classe trabalhadora.

No tocante a condição de pobreza que será uma das expressões mais diretas e deletérias da “questão social”, entendemos de acordo com Siqueira (2013, p.164), que “a pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza por outro; jamais

eliminará nem um e nem outro”. Montano (2012) esclarece que a pobreza no pensamento burguês foi analisada de diferentes maneiras ao longo da história: a) estaria vinculado a um *déficit educativo* (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele); b) a pobreza é vista como um *problema de planejamento* (incapacidade de planejamento orçamentário familiar); c) visto como *problemas de ordem moral e comportamental* (malgasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.). Apesar de consideramos a interrelação entre estes três momentos apresentados por Montano (2012), nos debruçaremos nos efeitos comportamentais, de carácter individual que são utilizados para se explicar ideologicamente a pobreza bem como as demais expressões da “questão social”.

A partir desta tendência, a “questão social” é em vários momentos separada de sua base econômica (a contradição capital/trabalho, baseada na relação de exploração do trabalho pelo capital, que encontra na indústria moderna seu ápice) e políticas (as lutas de classes). A pobreza é atribuída a causas individuais e psicológicas, jamais a aspectos estruturais do sistema social. Como consequência, o enfrentamento à pobreza, a partir desta consideração individual será atribuída às ações filantrópicas e beneficência social. Portanto, a partir de um ponto de vista histórico, a pobreza foi entendida como mendicância e vadiagem (onde a resposta é a criminalização da pobreza, enfrentada com repressão/reclusão), remetendo à consideração de que as causas da “questão social” e da pobreza encontram-se no próprio indivíduo, e a uma intervenção psychologizante, de viés moralista e de controle dos sujeitos. Trata-se das manifestações da “questão social” no espaço de quem os padece, no interior dos limites do indivíduo, e não como questão do sistema social (MONTANO, 2012).

Na atualidade, a pobreza no contexto e no pensamento neoliberal, de acentuada crise capitalista, emerge a necessidade de manutenção de uma mínima intervenção estatal no bojo do campo social. Nas últimas décadas, as políticas sociais voltadas para o enfrentamento à pobreza têm adotado um carácter de focalização em certos grupos sociais, notadamente os mais pobres entre os pobres. Ademais, observa-se um processo de assistencialização da

política de assistência social, recaindo em uma noção de bem-estar, contrariando a perspectiva de direito e conquista social representado por esta política social.

Tal direção focalizada tem se valido de programas de combate à fome e à miséria, financiados em parte por doações da “sociedade civil” e com retiradas das classes trabalhadoras (rendas obtidas a partir do arrocho salarial, das reformas previdenciárias, da “flexibilização” das leis trabalhistas etc.). Neste quadro, o pensamento neoliberal concebe o pauperismo mais uma vez como um problema individual, pessoal e, portanto “devolve” à filantropia (individual ou organizacional) a responsabilidade pela intervenção social: surge o debate do “terceiro setor” (Montaño, 2002), da filantropia empresarial (ou “responsabilidade social”), do voluntariado. A autoajuda, a solidariedade local, o benefício, a filantropia substituem o direito constitucional do cidadão de resposta estatal.

Nesta direção, Montaño (2012) nos mostra, ainda, que o desenvolvimento das políticas sociais se fundamenta, historicamente, em pressupostos positivistas que buscam separar os fenômenos sociais dos aspectos econômicos que estruturam a sociedade. Em decorrência disso, as raízes históricas da pobreza passam a ser naturalizadas e encaradas como problemas de ordem comportamental e individual, fruto, portanto, da incapacidade e da carência dos próprios sujeitos (SGARBOSSA, 2015)

A partir desta última assertiva, típica de nosso tempo histórico, em que a pobreza e demais desigualdades, que são expressões do próprio modo de produção e reprodução capitalista, passamos a questionar o papel da Psicologia como mais uma disciplina que vem a intervir junto a sujeitos em condição de pobreza. Tradicionalmente, trata-se de um campo disciplinar elitista e hegemonicamente burguês, que pode contribuir para o processo de fortalecimento do ideário neoliberal de individualização das mazelas sociais, agora com mais um argumento calcado na personalidade, comportamento desviante ou desejo individual. (GUZZO, 2016).

### **3. PSICOLOGIA, “QUESTÃO SOCIAL” E POBREZA: ALGUNS POSSÍVEIS DIRECIONAMENTOS**

Nesta seção, como forma de apresentar algumas possibilidades de enfrentamento aos limites e problemas anteriormente aventados no enfrentamento às expressões da “questão social”, sendo a pobreza um tema central, será subdividido o debate em duas direções complementares: a) necessidade da Psicologia, como campo de produção de conhecimento e intervenção, aprofundar uma leitura psicossocial sobre a pobreza; b) a interdisciplinaridade como uma alternativa viável para o fortalecimento de um projeto ético-político de enfrentamento às expressões da “questão social”, dentre eles, a condição de pobreza.

#### **3.1. Psicologia e o enfrentamento a pobreza: do viés conservador a possibilidade de transformação**

Parker (2014) considera que a Psicologia, ao longo de sua nem tão longa história, se comprometeu a produzir um conhecimento direcionado e a serviço da classe dominante, sendo ainda majoritariamente racista e misógina. O autor salienta o carácter normativo e classista do conhecimento produzido em Psicologia que serviu (e ainda serve) ao modo de produção capitalista, como uma tecnologia ideológica de controle social. Um conhecimento que se ocupou em tarefas relacionadas à adaptação de sujeitos, correções de comportamentos tidos como desviantes e a previsão de condutas consideradas mais adequadas ao funcionamento e manutenção do *status quo*.

Preocupações que se alinham ao que já fora salientado por Martín-Baró (1998) ao questionar enfaticamente o que o autor chama da política da Psicologia, em especial, aquela que vem sendo desenvolvida no cenário latinoamericano. Segundo Martín-Baró (1998) a Psicologia, a partir de sua produção de pesquisas sobre os indivíduos, restritos a determinados fenômenos ou conceitos como atitudes, comportamentos, crenças, cognições etc. terminam por gerar efeitos políticos na maneira como as pessoas e grupos

passam a se comportar. Tal conhecimento não está preocupado com a compreensão e transformação da realidade social em que vivem a grande parte da população latinoamericana, o que também foi fortemente questionado por outros autores oriundos da Psicologia Social de uma vertente crítica (MONTERO, 2004). Portanto, coadunamos com análises que reconhecem que a Psicologia, como campo de produção de conhecimento e práticas, assim como qualquer outra disciplinar, influencia a maneira como as instituições políticas passam a produzir práticas de condicionamento dos indivíduos às suas condições, estritamente relacionadas a um modelo econômico e político explorador e opressor.

Nesta direção, Florián (2015) salienta como a Psicologia se construiu, ao longo do último século XX, como um campo disciplinar, produtor de verdades sobre as pessoas, a partir de uma matriz individualizante, liberal e acrítica no tocante à estrutura social e econômica imposta pelo modo de produção capitalista. A Psicologia tem se fortalecido e ganhado espaço como uma tecnologia de poder sobre (e não para) os sujeitos, convertendo-se hegemonicamente em uma ferramenta socialmente compartilhada de manutenção das desigualdades sociais e injustiças entre as pessoas e grupos sociais, que estão inseridos em uma determinada classe social (MARTÍN-BARÓ, 1990). A miopia social sofrida pela Psicologia frente ao quadro de exploração e opressão que são impostos e estruturados em meio ao MPC, pode contribuir para entendermos os limites deste campo como uma possível ferramenta que consiga, mesmo que minimamente, fortalecer a luta, resistência e mesmo a insurgência das pessoas e grupos sociais alvo de sua ação.

A despeito dos limites apontados, consideramos que Psicologia pode apresentar um importante papel no enfrentamento às expressões da “questão social”, a partir da adoção de uma perspectiva realista, crítica e histórica sobre as práticas, comportamentos e a subjetividade humana. Uma possibilidade concreta já vem sendo construída a partir de trabalhos realizados em diferentes países da América Latina, valendo-se de uma crítica à epistemologia e metodologias tradicionalmente empregadas em Psicologia. Os pressupostos da

Psicologia Social da libertação de Ignacio Martín-Baró (1998), bem como a psicologia histórico-cultural têm direcionado, dentre outras leituras, os trabalhos alinhados ao campo da Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Política latinoamericana.

Ignacio Martín-Baró (1998) propõe que tenhamos como objeto de análise e intervenção os efeitos ideológicos observados nas práticas sociais de sujeitos e grupos sociais. Ele considera a ideologia como categoria central para o trabalho psicológico. Calcado na tradição marxiana, o autor compreende a ideologia como promotora de uma incapacidade de compreensão da realidade por parte dos sujeitos que a experimentam e a constroem. Esta dificuldade culmina na edificação de barreiras concretas para a superação dos entraves e problemas que se apresentam no cotidiano, a curto e em longo prazo. Ademais, a ideologia configura-se como uma espécie de “cortina de fumaça” que não nos permite ver para além do que se apresenta.

Esta perspectiva pode ser muito importante para aprofundarmos nossas análises e intervenções no enfrentamento à pobreza, tendo em vista que a ideologia contribui para obscurecer as possibilidades de compreensão da realidade em que as classes subalternas e precarizadas estão inseridas. Neste sentido, conforme Montaño (2012) e Siqueira (2013) esclarecem são desenvolvidas análises explicativas sobre a pobreza, buscando-se criar rotas explicativas que deságuam, em tempos neoliberais, nas falhas e limitações dos próprios sujeitos que vivem em condição de pobreza. Os comportamentos, atitudes e motivações são ponto de investimento do grande capital para se descaracterizar as mazelas que o sistema produz. Neste sentido, a pobreza, a miséria, bem como o desemprego não serão tratados como fruto de um sistema ávido por mais valia, que restringe o acesso a milhões de pessoas. Conseqüentemente, tais leituras sobre a condição de “ser pobre” apresentarão como foco a disfunção, a patologia, a autorresponsabilização e a culpabilização do indivíduo.

A partir dessa visão, os pobres serão tratados como pessoas que podem ter optado pela condição de pobreza; que possuem desvios que precisam ser corrigidos; assim como um possível déficit de educação ou de capacitação que

os impede de acessar o mercado capitalista de consumo. Com essas características individuais há o deslocamento da contextualização da responsabilização do Estado e do sistema econômico vigente para o indivíduo que se encontra na situação de pobreza. Siqueira (2013) acrescenta ainda que essa concepção guarda relações com o ideário do “darwinismo social” em que pobreza faz parte de uma seleção natural e os mais fortes e com melhores características biológicas determinam as relações sociais.

Euzébios Filho e Guzzo (2009) consideram na sociedade capitalista o pobre é visto como um ser desvalorizado socialmente e desprovido de competências individuais, impondo a culpabilização pelos seus fracassos, o discurso de competência e a associação da pobreza à violência. Essas idéias e valores presentes na “ideologia da culpabilização do pobre não servem para explicar as limitações do modelo capitalista, mas para justificar a desigualdade social a partir de um suposto déficit individual” (EUZÉBIOS FILHO, GUZZO, 2009, p. 38).

Ainda neste sentido, Martín-Baró (1998) chama a atenção para a produção de sentimentos de resignação frente ao próprio destino, o distanciamento emocional e a aceitação do sofrimento. No âmbito das ações ocorre a submissão, o conformismo, a passividade e a falta de memória e perspectivas. Há, com isso, o que Martín-Baró (1998) chama de “mitificación de las fuerzas históricas como naturaleza de Dios”, o que motiva o indivíduo a explicar os fatos cotidianos que lhe são dolorosos por meio dos fenômenos da natureza ou da vontade de uma entidade superior, ambos impossíveis de serem controlados. Estabelecendo-se essas equivocadas justificativas, o sofrimento se cristalizaria na forma daquilo que Sawaia (2009, p.370) chama de potência de padecimento, ou seja, “de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência”.

Ademais, a culpabilização do pobre por sua situação que tem como enfoque os processos individuais que geram por si só a culpa por ter criado a situação da pobreza e ser responsável por sua solução. A carga de responsabilidade do indivíduo é dupla e impõe a exigência de ações individuais

que enfraquecem possibilidades coletivas de enfrentamento ao problema da pobreza. O discurso dominante tem como base o mérito individual de cada um, independente se houve ou não as mesmas condições materiais e de oportunidades para todos.

Por conseguinte, as expressões da “questão social”, como a pobreza, tem sido mais facilmente explicadas, a partir de um prisma ideológico, através da responsabilização e culpabilização dos sujeitos por sua própria condição. De um ponto de vista psicossocial, tais análises produzem efeitos diretos na maneira como estas pessoas se percebem e constroem alternativas para suas vidas. Sentimentos como fatalismo, culpabilização, humilhação, naturalização e vergonha serão, não raramente, observados entre pessoas que estejam inseridas e vivenciando cotidianamente a condição de pobreza, não observando muitas alternativas para a superação de uma condição que lhes é colocada como de carácter individual, solapando qualquer possibilidade coletiva de organização e enfrentamento (XIMENES, NPOMUCENO, CIDADE, MOUTRA JR., 2016).

Indubitavelmente que estes “equívocos” de análise acerca da realidade social, foram e continuam sendo construídos com a finalidade de perpetuação e manutenção da pobreza e outras desigualdades sociais. Esta naturalização da dinâmica social se configura como uma estratégia ideológica, com efeitos psicopolíticos de dominação na vida das pessoas. Assim, a pobreza que deve ser considerada como criação social e histórica de grupos humanos em certo momento histórico-social, é tratada e abordada como um acontecimento natural (ACCORSSI; SACARPARO; GUARESCHI (2012). Esta ideologia capitalista e burguesa está construída para favorecer os processos de apatia, crenças e comportamentos humanos que respaldam a direção de uma imutabilidade da realidade.

Consideramos que a compreensão dos aspectos subjetivos pode contribuir para a desconstrução de que a pobreza é um fenômeno natural e inevitável em que os mais fortes (ricos) superam os mais fracos (pobres), algo que é dado a priori antes mesmo do nascimento ou escolha por parte das pessoas pobres. Tais perspectivas visam romper com qualquer viés

psicologizante que possa haver nos processos de intervenção profissional. Ademais, a partir do entendimento do caráter ideológico presente nas análises sobre a pobreza, com uma tendência à psicologização da “questão social”, nos indagamos sobre os limites da atuação profissional junto a este cenário. A inserção da Psicologia nos dispositivos da Política de Assistência Social tem obrigado uma revisão teórica e metodológica da Psicologia como um campo capaz de contribuir em uma direção transformadora da realidade social. Entretanto, este encontro com diferentes sujeitos evocam a necessidade de uma quebra de fronteiras disciplinares que tenham como objeto em comum as expressões da “questão social”, o que nos conduz à próxima sub-seção.

## **2.2: Interdisciplinaridade e uma nova *práxis* profissional: Psicologia em movimento**

Frente ao quadro anteriormente apresentado, a atuação profissional da Psicologia tem sido cada vez mais questionada sobre sua capacidade de contribuir no enfrentamento à pobreza e demais expressões da “questão social”. Como brevemente sinalizado, trata-se de uma profissão que apresenta um histórico de compromisso com as elites econômicas dominantes, com forte tendência em contribuir na manutenção de estruturas de poder e dominação (PARKER, 2014).

Entretanto, a inserção da Psicologia no âmbito da política de <sup>3</sup>Assistência Social tem propiciado um campo profícuo de atuação, ao passo que coloca a profissão frente à “questão social”, ou seja, suas expressões concretizadas nas desigualdades sociais em que estamos imersos que é

---

<sup>3</sup> A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ocorreu a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004. A assistência social passou a ser constituída em dois níveis, que se organizam e se articulam a partir das funções de referência e contrarreferência. O primeiro nível refere-se à proteção básica, realizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo por objetivo o fortalecimento de vínculos familiares comunitários, numa perspectiva de prevenção da violação de direitos das famílias. O segundo diz respeito à proteção especial, que se divide em média e alta complexidade, de acordo com a existência ou não de vínculos familiares e/ou comunitários e a violação de direitos, sendo prestada às famílias que já tiveram seus direitos violados, a partir dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) (Brasil, 2004).

tradicionalmente o objeto central de intervenção do Serviço Social, ao menos no cenário brasileiro (SANTOS, 2015). O encontro entre estes atores profissionais pode suscitar tensões e dúvidas quanto a possibilidade de construção de pontes de ação, que estão em franco processo de construção (SENRA; GUZZO, 2012). A partir daí, o conceito de interdisciplinaridade ganha relevo, podendo ser um guia importante e necessário para o fortalecimento de um trabalho que possa efetivamente enfrentar as mazelas sociais, os problemas vivenciados pela classe trabalhadora, em situação de pobreza.

Minayo (2010) considera que ao adotarmos uma abordagem interdisciplinar, é necessário que o conjunto de trabalhadores – especialistas - realize em conjunto uma revisão sobre a teoria com a qual se almeja trabalhar, colocando em debate os conceitos de cada área, promovendo uma profunda problematização sobre os processos de produção de conhecimento realizados e práticas decorrentes. Trata-se de um novo modo de operação, tanto da produção do conhecimento, mas certamente na realização das intervenções profissionais.

De acordo com Furlanetto (2011, p.48) a interdisciplinaridade “está destinada a mover-se nas fronteiras de territórios estanques e separados, procurando descobrir brechas e permeabilidades no espaço do entre que permitam estabelecer novas relações”. Certamente, tais fronteiras que foram rigidamente construídas ao longo da história do conhecimento científico resistem ao serem colocadas em xeque, haja vista os interesses e dogmatismos envolvidos na manutenção de poder sobre o conhecimento que é considerado restrito a um determinado campo científico que se alinha e orienta um campo profissional.

A necessidade em se romper tal perspectiva rígida e corporativa no processo de produção de conhecimento e atuação profissional é atestada por Frigotto (2008) que considera a interdisciplinaridade como uma necessidade humana e não um mero conceito esvaziado de sentido. Para o autor, o necessário trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento no campo das ciências sociais não decorre de uma arbitrariedade racional e abstrata. Decorre, sobretudo, da própria forma do

homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social (FRIGOTTO, 2008).

Segundo o autor supracitado, os seres humanos ao intentarem satisfazer suas múltiplas e sempre históricas necessidades biológica, intelectual, cultural, afetiva e estética, estabelecem as mais diversas relações sociais. Nesta direção, a produção do conhecimento e sua socialização ou negação para determinados grupos ou classes está diretamente relacionada ao conjunto de práticas e relações que produzem os homens num determinado tempo e espaço. É justamente a partir desta condição que o conhecimento e suas práticas decorrentes conseguem atingir uma efetiva materialidade histórica. Por conseguinte:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa, bem como na natureza intersubjetiva de sua apreensão. Este caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2008, p.43-44)

Frigotto (2008) e Minayo (2010) consideram que a interdisciplinaridade é uma necessidade para a superação do modo de produção fragmentado do conhecimento e prática profissional. Neste sentido, consideramos que a interdisciplinaridade de fato, que pode ser promovida no encontro entre Psicologia, Serviço Social e demais atores sociais no enfrentamento às expressões da “questão social” deve promover uma reinvenção nos modos de produção do conhecimento da Psicologia, bem como nos demais campos de conhecimento, visando o rompimento de fronteiras rígidas que foram se estabelecendo ao longo da história. Uma divisão que subdivide as necessidades humanas em esferas objetivas e subjetivas, que não condizem com a experiência vivenciada pelas pessoas atendidas nos dispositivos da política de Assistência Social.

Conforme apontado, a pobreza apresenta dimensões estruturais, que dizem do MPC (SIQUEIRA, 2013), ao mesmo tempo em que apresenta investimentos ideológicos para sua perpetuação (EUZÉBIOS FILHO, GUZZO, 2009). Ademais, conforme salientado anteriormente apresenta dimensões psicossociais que incidem sobre a produção da vida das pessoas e grupos sociais, impedindo alternativas de insurgência e revolta destes sujeitos (MARTÍN-BARÓ, 1998). Ou seja, uma análise hermética e inflexível sobre os processos que atravessam a produção da vida humana certamente será ineficaz para uma *práxis* que possa de alguma maneira, contribuir para a real transformação social.

A proposição de análises críticas e abrangentes sobre as expressões da “questão social”, tomando a pobreza como uma das suas facetas mais perversas, torna-se condição *sine qua non* para o fortalecimento de um projeto ético-político em Psicologia que vise a superação da ordem capitalista existente. A despeito de reconhecermos a pluralidade que conforma a Psicologia, acreditamos ser necessário que ao nos debruçarmos sobre os problemas que vivem as mulheres e homens trabalhadores de nossa realidade, que tenhamos como horizonte a construção de um modo de sociabilidade que não naturalize e acate a exploração e opressão como algo imutável e/ou inerente ao gênero humano.

Neste sentido, a inserção da Psicologia no âmbito das políticas sociais, como a assistência social, nos coloca frente à “questão social” e nos obriga a adotarmos posicionamentos éticos e políticos que ainda não estão, a meu ver, totalmente claros entre nossa categoria profissional. Conforme Yamamoto (2012) nos adverte, os estudos sobre as atividades desenvolvidas pelos psicólogos ao longo dos últimos anos parecem indicar que a profissão tem se orientado muito mais pela oferta de serviços do que pela construção de respostas a partir das demandas da população atendida. Ao mesmo tempo, é historicamente observada uma seleção e hierarquização da “clientela”, ocasionando um quadro de impotência e carência na avaliação crítica do seu *quefazer* profissional. Em relação à produção do conhecimento, ainda vivenciamos um quadro que nos leva a adotar uma visão míope/reducionista

sobre os problemas de investigação e dos sujeitos investigados (especialmente quando tratamos das temáticas em tela no presente trabalho).

A interdisciplinaridade não deve ser tomada como uma espécie de “receita miraculosa” que resolverá nossos limites de análises e intervenções. Antes de qualquer coisa, o encontro entre pessoas (profissionais e sujeitos alvo do nosso trabalho) pode se configurar como um convite - uma necessidade-, para que profissão se movimente em direções dantes nunca, ou muito pouca, até então navegadas. Consideramos a viabilidade desta empreitada, uma vez que a pobreza, bem como outras expressões da “questão social” apresenta determinações que são de ordem estrutural, mas que, indubitavelmente, interpelam as pessoas e grupos sociais, a partir da produção de subjetividades e consciências que necessitam ser compreendidas, acolhidas e potencializadas.

Portanto, a potência de ação dos sujeitos deve ser objeto de intervenção dos profissionais da Psicologia, inseridos no âmbito da política de assistência social, adotando para isto uma perspectiva realista e crítica, conforme já nos orientara Martín-Baró (1998). Os trabalhos que há décadas vem sendo realizado no continente latinoamericano que almeja o fortalecimento e emancipação dos sujeitos em sintonia com a transformação radical do MPC pode se configurar como caminhos possíveis para a intervenção profissional. A compreensão de que o sujeito deve ser tomado como um ser social, histórico e ativo na construção de si e de sua realidade são prerrogativas para a *práxis* crítica e transformadora em psicologia.

#### **4. CONCLUSÃO**

Para finalizar, consideramos que a Psicologia pode contribuir no enfrentamento às expressões “questão social” e da pobreza. Para tanto é imprescindível que os psicólogos compreendam o lugar que a Psicologia ocupa no âmbito da sociedade capitalista atual. Trata-se de uma disciplina que pode ser utilizado como aparato ideológico para a manutenção da ordem e controle social, em especial junto às classes subalternas, que vivem em condições de

pobreza e miséria em nosso país. Ou seja, podem produzir discursos ditos científicos que legitimam a leitura neoliberal de que a pobreza tenha um carácter comportamental, motivacional e/ou de desvio individual frente à sociedade.

Acreditamos que a Psicologia pode se configurar como uma ferramenta importante de mediação entre os sujeitos e o mundo a sua volta, desvelando processos de opressão e ideologização que impedem a organização e mesmo a revolta dos segmentos precarizados de nossa sociedade. É necessário compreendermos de que a experiência de pobreza produz efeitos na maneira como as pessoas se percebem e na forma como conseguem vislumbrar alternativas para suas vidas, que pode ser de resignação, aceitação, mas também revolta e insurgência. Tais elementos dizem respeito à processos psicossociológicos que necessitam de maiores investimentos, uma vez que vislumbramos a real transformação das condições de vida das pessoas e grupos sociais com os quais pesquisamos e intervimos.

Portanto, os direcionamentos elencados ao longo do presente trabalho não têm nenhuma pretensão de esgotar ou reduzir as possibilidades de análises e possibilidades de atuação profissional. Trata-se, sobretudo, de um convite à reflexão sobre o que fazer profissional e científico, que devem caminhar lado a lado. Almejamos com isto contribuir para que a ação profissional siga a sua construção em constante movimento, sendo a interdisciplinaridade uma necessidade, bem como uma alternativa profícua para a construção de um projeto ético-político que vise à construção de uma sociedade para além do Capital. Este possível projeto em construção, justamente pela aposta na interdisciplinaridade, está para além de um único campo profissional, pois deverá se configurar como um horizonte passível de ser alcançado indubitavelmente pela ação coletiva, não individualista e tampouco corporativa.

## **REFERÊNCIAS**

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H., GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24 n.3, p. 536-546, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GUZZO, R. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n. 1, p. 35-44, 2009.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Ideação. **Revista do Centro de Educação e Letras**, v.10, n.1, p. 41-62, 2008.

FLORIÁN, C.J.P. Disciplina, saber y poder: una reflexión crítica sobre la construcción de la psicología como disciplina, campo y práctica social. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v.6, p.26–39, 2015.

FURLANETTO, E. C. Interdisciplinaridade: um conhecimento construído nas fronteiras. **International Studies on Law and Education** – CMOROC- Feusp/ Univ. do Porto, agosto de 2011.

GUZZO, R. A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: V. Ximenes, B. Nepomuceno, E. Cidade & J. Moura Jr. (orgs.). **Implicações Psicossociais da pobreza** – diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 149-164.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: Abepss, v.3, n. 1, p. 09-33, 2001.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación**. Editorial Trotta: Madri. 1998.  
MINAYO, M. Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e complexidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa/PR, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270-287, 2012.

MONTERO, M. Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana. **Psykhe**, v.13, n.2, p. 17-28. 2004.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, v.3, n. 1, p. 12-24, 2001.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J.S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SGARBOSSA, L. F. Inúteis ao mundo: o pauperismo, os indivíduos sobrenumerários e a gestão da miséria até o século XIX. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v.36, n.2, p. 3-16, 2015.

PARKER, Ian. **Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2014.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SENRA, C.M.G.; GUZZO, R.S.L. Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v.24, n.2, p. 293-299, 2012.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

XIMENES, V.; NEPOMUCENO, B.; CIDADE, E.; MOURA JÚNIOR (Orgs.). **Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: Bógus, L.; Yazbek, M.C; Wanderley, M.B. (Orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2013, p. 61-172.

YAMAMOTO, O. 50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético-Político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32 (num. esp.), p. 6-17, 2012.